

Operação Missão Justiça 2025: o recado da China aos EUA e ao Japão

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 2 de janeiro de 2026



Nos últimos dias do ano que se encerrou, o Comando do Teatro Leste do Exército de Libertação Popular da China (ELPC) realizou um exercício de dois dias em torno da ilha de Taiwan, denominado “Missão Justiça 2025”.

Foi mais um dentre a série de exercícios militares que vêm se sucedendo desde a visita da deputada americana Nancy Pelosi a Taiwan, em 2022. Nessas manobras, quase sempre desencadeadas como reação a iniciativas consideradas por Pequim como desafios ao objetivo de reintegrar Taiwan à soberania chinesa, foram criadas zonas de exclusão marítimas e aéreas no entorno da ilha, nas quais os tráfegos aéreo e naval foram interditados e exercícios com tiros reais foram realizados.

Os objetivos de adestramento que o Exército chinês busca alcançar com essas manobras estão relacionados a operações navais e aéreas de bloqueio de portos taiwaneses, ao controle de áreas marítimas e a ações preparatórias para um eventual desembarque anfíbio.

exercício foi realizado. Ele ocorre na esteira de dois acontecimentos relevantes. O primeiro foi a declaração da primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, segundo a qual uma ação militar chinesa contra Taiwan representaria um risco direto à segurança japonesa, sugerindo inclusive a possibilidade de atuação militar do seu país em favor da ilha. O segundo foi o anúncio, por parte dos Estados Unidos, de uma venda de armas no valor total de 11,2 bilhões de dólares para Taiwan. Esses dois movimentos provocaram uma forte reação das autoridades chinesas, e o exercício deve ser entendido como parte da resposta articulada por Xi Jinping.

Nesse sentido, a Operação Missão Justiça 2025 teve também um objetivo informacional claro: transmitir a mensagem de que eventuais esforços estrangeiros em socorro a Taiwan, no contexto de uma operação militar chinesa para reincorporar a ilha à soberania chinesa, seriam fúteis. Os cartazes produzidos pelos militares chineses deixam essa intenção bastante evidente.



Cartazes do Exercício Missão Justiça 2025 – Fonte ELPC

No primeiro cartaz, aparecem dois escudos, nos quais se veem a Muralha da China e o símbolo do ELPC. O primeiro escudo bloqueia a passagem, em direção à ilha, de um navio carregado de contêineres e de sistemas lançadores de mísseis e foguetes

americanos HIMARS, além de aeronaves de transporte C-130. O segundo escudo impede a aproximação de submarinos americanos. Já no segundo cartaz, em que flechas chinesas ultrapassam a ilha e atingem navios ao seu redor, a expressão “外部干涉” significa “conter a interferência externa”. Trata-se de um claro alerta dos chineses aos Estados Unidos – e também ao Japão – contra qualquer tentativa de interferência na questão taiwanesa.

Há ainda um outro aspecto digno de nota. Ao comentar o exercício para a imprensa chinesa, o coronel Zhang Chi, figura conhecida por participar de fóruns internacionais de debates sobre segurança e defesa como representante da Universidade Nacional de Defesa do ELPC, destacou que essas manobras incluiriam o treinamento de operações de decapitação contra as chamadas “lideranças separatistas” de Taiwan.



É interessante notar que os chineses certamente estão observando atentamente a guerra na Ucrânia e aprendendo com os desdobramentos daquele conflito. Em um eventual confronto em Taiwan, Pequim busca evitar o surgimento de lideranças políticas que, a exemplo do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, consigam permanecer no poder, mobilizar apoios internacionais e oferecer uma “face” reconhecível à resistência, capaz de sensibilizar a opinião pública global em favor da ilha.

Dessa forma, a Operação Missão Justiça 2025 deve ser compreendida não como mais um exercício militar rotineiro, mas como parte de um contexto estratégico mais amplo de pressões

graduais e sucessivas da China sobre Taiwan. Ao ampliar significativamente as zonas de exclusão, aproximá-las do território taiwanês, explorar intensamente a dimensão informacional e sinalizar disposição para neutralizar tanto a interferência externa quanto as lideranças políticas da ilha, Pequim dá mais um passo na normalização de um cenário de coerção permanente. Trata-se de uma estratégia voltada a moldar percepções e reduzir, antecipadamente, o espaço de manobra de terceiros, deixando claro a possíveis aliados de Taiwan – em especial Estados Unidos e Japão – que qualquer tentativa de intervenção terá custos elevados.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

